

ENFOQUE METODOLÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PRODUTORES FAMILIARES DE LAGOINHA, ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL

**Otani, Malimiria N. (Instituto de Economia Agrícola, Brasil); Souza, M. Celia M. (Instituto de Economia Agrícola, Brasil);
Veiga, J. Eduardo R. (Instituto de Economia Agrícola, Brasil);
Bortoleto, Eloisa E. (Instituto de Economia Agrícola, Brasil);
Veiga Filho, Alceu A. (Instituto de Economia Agrícola, Brasil);
Silva, Júlio C. R. (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, Brasil);
Mello, Roxane L. (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, Brasil)**

1. Introdução

A diferença na organização da produção de produtores familiares tem se acentuado em relação à dos produtores voltados exclusivamente ao mercado. Os padrões da agricultura moderna estão conduzindo à exclusão de produtores familiares, seja pela falta de escala de produção, de padrões sanitários ou de suporte técnico adaptado às suas possibilidades. É necessário desenvolver novos instrumentos de abordagem para que estes produtores possam adequar-se às condições requeridas pelos padrões mínimos de qualidade do mercado, dentro de um contexto orientado pelos critérios de desenvolvimento sustentável (KITAMURA, 1994).

Este estudo propõe um enfoque metodológico para diagnóstico sócio-econômico de municípios onde prevalece a agricultura familiar, no caso Lagoinha, no estado de São Paulo. Pretende-se consolidar um banco de dados (primários e secundários) para ser utilizado posteriormente pelas comunidades locais, visando sua auto-suficiência para indicar alternativas de desenvolvimento rural que atendam às necessidades específicas de cada segmento.

2. A Proposta Metodológica

As linhas de pesquisa e estudos geradores de propostas de desenvolvimento rural sustentável, sobretudo os que visam atender ao segmento da produção familiar, devem passar por alguns pré-requisitos para o diagnóstico preciso e para a formulação de alternativas consistentes aos principais entraves detectados. É preciso contemplar não apenas a melhoria das condições técnicas, sociais e econômicas das comunidades, como também alternativas que levem a melhorias na comercialização, à geração de empregos e à proteção ambiental, respeitando costumes, características e aptidões locais.

Assim, a metodologia proposta nesse estudo prevê a realização de um diagnóstico regional e local, assim como o planejamento participativo. Os instrumentos de diagnóstico e prospecção incluíram a pesquisa bibliográfica e o levantamentos de dados secundários, que constaram, basicamente, da reunião de dados históricos e de informações mais recentes sobre a atividade agropecuária regional e local, com levantamentos especiais do LUPA – Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola (PINO, 1997).

Os dados primários consistem de levantamento das características dos produtores familiares locais, com foco em três comunidades representativas da produção familiar no município de Lagoinha. Foram aplicados cerca de 150 questionários do PDAM – Plano Diretor Agrícola Municipal, assim como um questionário específico para traçar o perfil técnico da pecuária local, nos bairros de Canta Galo, Santa Rita e Mandutinho.

Em seguida foi realizado um diagnóstico rápido participativo, conforme proposto por MUZILLI (1997). Os principais problemas da produção leiteira de um modo geral, e os específicos do município, foram discutidos de forma sistematizada

através de consulta junto aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e lideranças locais.

3. A Agricultura Familiar

O estudo da organização dos produtores familiares do município de Lagoinha insere-se numa proposta que tem como pressuposto o fortalecimento da agricultura familiar, para que sua relevância econômica seja de fato decisiva para a valorização do meio rural e da sua região. Trata-se, portanto, de afirmar a importância da sua expressão produtiva e buscar formas para que seu potencial econômico atenda ao desenvolvimento regional sustentável.

O fortalecimento da agricultura familiar sugere a necessidade de que sejam ultrapassados os velhos conceitos de *agricultura de baixa renda*, *pequena produção* ou *agricultura de subsistência*, os quais geralmente resultam na não integração destes ao mercado competitivo. A agricultura familiar deve ser rigorosamente entendida como um segmento que detém poder de influência econômica e social. Nesta agricultura, cujo capital pertence à família e em que a direção do processo produtivo está assegurado pelos proprietários, a despeito do tamanho das unidades produtivas e da sua capacidade geradora de renda, as características que a definem são “inteiramente compatíveis com uma importante participação na oferta agrícola” (ABRAMOVAY, 1997).

O desenvolvimento que se pretende é o sustentável, e para que isto realmente se concretize em um nível mais abrangente do que o município de Lagoinha, isto é, em nível nacional, é fundamental a opção pelo fortalecimento e expansão da agricultura familiar, porque é neste modelo que trabalho e gestão estão intimamente relacionados, e onde ocorre a ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida. A própria maleabilidade do processo decisório é uma vantagem da organização familiar para que

as premissas da sustentabilidade sejam acolhidas. Ou seja, é preciso uma alteração no paradigma de produção, em que o conceito de renda não seja o único objetivo a ser maximizado, mas parte de um conjunto de objetivos definidos pelos princípios da sustentabilidade.

4. A Região do EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural de Guaratinguetá

A região agrícola administrativa do EDR - Escritório de Desenvolvimento Rural de Guaratinguetá localiza-se no vale paulista do rio Paraíba do Sul. Compreende 19 municípios que juntos ocupam uma área de 6.301 km²: Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Piquete, Potim, Queluz, Roseira, São José do Barreiro e Silveiras. A principal atividade agrícola desse EDR é a produção de leite, responsável por mais de 70% no valor total da produção agropecuária da região.

No município de Lagoinha o uso do solo é de predominância para pastagem, a qual ocupa 79% da área total de 26.262,8 ha, sendo que as culturas perenes, semi-perenes e anuais utilizam apenas 5,2% do solo. O restante da área, cerca de 11,8% do total, é utilizada para reflorestamento e ocupada por vegetação natural residual, esta localizada nas áreas de mais difícil acesso como os grotões, ravinas e despenhadeiros.

A área média geral das propriedades agrícolas é de 42ha. A distribuição fundiária é de participação de 34% no total da área para o estrato de zero a 50ha, no qual estão 80% das propriedades, com área média de 18ha. No estrato de 50 a 100ha a participação é de 19% em relação ao total da área, com propriedade média de 70,5ha. No estrato de 100 a 200ha a participação é de 16% para uma área média de 133ha. No estrato de 200 a 500ha a participação das propriedades é de 16%, com área média de

297 ha, e no estrato de área superior a 500ha a participação é de 15% para uma área média de 965ha.

Do total de 625 propriedades rurais, 63% dispõem de energia elétrica para uso residencial e apenas 39% a utilizam para fins produtivos. A assistência técnica não é acessada por 38% das propriedades, embora 59% recebam assistência técnica governamental, e apenas 1% utilize o crédito rural. O nível tecnológico é baixo: o uso de inseminação artificial ocorre em apenas 2% das unidades produtivas; há utilização de pastejo intensivo em apenas 27% das propriedades, e a ocorrência de sal mineral na alimentação verifica-se em apenas 59% do total.

A principal característica desse produtor é a de ser familiar, com quase a metade dos proprietários residindo nas propriedades e com somente 22% utilizando trabalho temporário. Todas as atividades nas propriedades são conduzidas preponderantemente pelo trabalho da família, a qual também se dedica à feitura de trabalhos artesanais e à pequena agroindústria de processamento de queijos e manteiga e de outros produtos de origem animal.

A população local é composta por 5.835 habitantes, dos quais 2.042 são residentes na zona rural. Em termos de renda, 60% da população economicamente ativa recebem uma renda de um salário mínimo, 36% recebem entre dois e três salários mínimos, 3% recebem entre três e cinco salários, e 1% recebem uma renda superior a cinco salários mínimos.

Observa-se que o dinamismo da agricultura local – principal atividade econômica, além do comércio – é limitado pela ocupação do solo na pastagem, dada a topografia bastante acidentada da Serra do Mar, caracterizando-se por ser predominantemente de agricultura familiar com baixo potencial gerador de renda, uso

pouco intensivo de trabalho assalariado e um nível de progresso técnico aquém do desejável em termos do rebanho animal e de práticas de manejo e alimentação.

A dependência a praticamente uma única atividade exploratória com inserção significativa no mercado e que, além disso, passa por profundas transformações estruturais, coloca a comunidade de agricultores locais face a desafios complexos para sua sobrevivência.

A cadeia produtiva do leite no Brasil e em São Paulo está se modificando, tanto em termos estruturais como operacionais. Essas modificações estão sendo influenciadas mais fortemente por quatro fatores principais: desregulamentação da produção e comercialização, com o fim do controle estatal de preços do leite; instituição e consolidação do MERCOSUL, onde o Brasil é o maior consumidor e importador de produtos lácteos; aceleração do processo de concentração, através de fusões e incorporações de empresas processadoras de leite; e estabilização da moeda a partir do Plano Real.

Essas alterações têm tido forte impacto no segmento produtivo agrícola, exigindo uma série de ajustes e adaptações para atingir o nível de qualidade, a quantidade e a regularidade que a indústria do leite passou a demandar. Isso afetou diretamente aqueles produtores de leite mais tradicionais, como os pequenos produtores familiares de Lagoinha, com baixa capacidade de captação de recursos para os investimentos necessários e com dificuldades de obter escala de produção devido ao seu tamanho. Além disso, a renda desses produtores tem-se retraído, ocasionando queda no nível de capitalização devido tanto às alterações ocorridas nas usinas compradoras da matéria-prima, que passaram a privilegiar outros centros fornecedores, quanto à redução real de preços pagos aos produtores de leite.

Está ficando cada vez mais claro, para os agentes da cadeia de produção do leite, que o passo fundamental para a modernização da atividade está no estabelecimento de um padrão de qualidade para o leite cru, o que coloca sob alto risco a produção do chamado leite C, obtido através de um baixo padrão de sanidade. Uma proposta preliminar em discussão pelo setor elegeu como fundamento e primeiro passo a ser atacado, a "melhoria da qualidade do leite cru", com duas condições: a) os objetivos estabelecidos e o tempo fixado para alcançá-los devem ser compatíveis com a realidade brasileira, podendo até se adotar cronogramas diferentes de progresso para as várias regiões; e b) os progressos, ou mesmo os eventuais insucessos, devem ser acompanhados por indicadores de desempenho confiáveis. Também no Estado de São Paulo, a Câmara Setorial de Leite e Derivados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA/SP), constituiu um grupo multidisciplinar para estudar e propor um programa de melhoria e qualidade do leite cru, priorizando a modernidade da cadeia láctea paulista.

Dada a velocidade com que estão se dando os recentes acontecimentos, pode-se arriscar a dizer que esse processo de modernização não ocorrerá sem provocar sérios problemas sociais. A perspectiva de expulsão desses produtores do mercado ou sua reversão a um processo de subsistência é grande principalmente porque a maioria não possui capacidade de investimento para acessar novas tecnologias, ou não estão capacitados para incorporar novas técnicas de manejo de produção e de processamento de produtos e também de gerenciamento da atividade. Isso remete à necessidade de conhecer a realidade desses produtores, suas práticas e estratégias utilizadas, assim como as possibilidades econômicas de que dispõem para poder estabelecer políticas públicas condizentes às suas necessidades e que garantam a continuidade de sua inserção ao mercado.

5. Resultados Preliminares

Em novembro de 1999 realizou-se na Casa de Agricultura de Lagoinha o diagnóstico rápido participativo com informantes-chave durante reunião ordinária do Conselho Municipal¹. A reunião foi conduzida pela equipe técnica do projeto e contou com a presença dos membros do Conselho e do Prefeito Municipal. Os principais objetivos da reunião foram selecionar os bairros para levantamento de dados primários, além de obter e sistematizar as informações gerais sobre a comunidade e os sistemas de produção locais, por meio de processo participativo, para identificar a visão dos conselheiros sobre os problemas enfrentados pelos produtores familiares.

Os bairros escolhidos para aplicação de questionários foram sugeridos por técnicos extensionistas locais e aprovados pelo Conselho. Foram selecionados Santa Rita, Mandutinho e Canta Galo, com base em três critérios: representatividade da produção familiar e do sistema de produção, presença de líderes comunitários atuantes no Conselho, e que fosse uma área geográfica delimitada, em condições edafo-climáticas semelhantes, cujas conclusões tiradas a partir do levantamento, pudessem ser válidas o município.

A pergunta orientadora da discussão sobre os sistemas de produção locais foi: “O que limita a produção familiar de leite no município?” Os problemas e as possíveis soluções foram listados e classificados pelo grupo quanto a aspectos de ordem tecnológica, de infra-estrutura e sócio-econômicos.

Os principais problemas de ordem tecnológica apontados pelo Conselho referem-se à falta de qualidade do produto e de tecnologias adequadas às condições naturais locais. A maior exigência de qualidade do leite teria como solução a melhoria das condições de higiene, por meio do resfriamento do produto e a possível implantação

de uma usina de leite local. Com relação à necessidade de melhoria de qualidade do rebanho e ao relevo acidentado da região, a solução proposta seria a de melhoramento genético e manejo adequado às condições naturais do município. As tecnologias de produção de leite adaptadas às condições locais, caso estejam disponíveis, não estão sendo levadas aos produtores da região, que apontaram a necessidade de maior acesso a informações técnicas e de apoio técnico da cooperativa e do sindicato.

Quanto aos aspectos de infra-estrutura, ficou patente a falta de assistência técnica da Casa de Agricultura e da Secretaria de Agricultura, que conta com um número reduzido de técnicos e muitas atividades a serem desenvolvidas - uma estrutura que se mostra insuficiente não só para atender às demandas, bem como para divulgar tecnologias apropriadas e melhorar a gestão da produção familiar local. Além disso, a distância entre produtor de leite e consumidor final dá margem a um grande número de intermediários e vários problemas de transporte. As soluções propostas para esses problemas passariam por uma maior transparência na relação da cooperativa com o produtor e por uma ação da cooperativa no sentido de resolver o problema da distribuição. Outra dificuldade levantada foi a falta de recursos p/ reforma de pastagens, sendo necessária a implantação de linhas de crédito para esse tipo de investimento.

Os problemas mais importantes de caráter sócio-econômico apontados foram o baixo preço do leite e o alto custo dos insumos. As soluções indicam a necessidade de melhorar a qualidade do produto, para se alcançar melhor preço, além de subsídios e crédito p/ compra de insumos, adquiridos, de preferência, de modo coletivo, como forma de reduzir custos. A maior barreira a essa proposta é a falta de união entre os produtores, que reconhecem a necessidade de melhorar sua organização. Outro problema relevante é a situação financeira dos produtores, em especial a dificuldade que

¹ O Conselho Municipal de Lagoinha é composto por representantes da prefeitura (Presidente do Conselho), do Sindicato Rural, da EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural de Guaratinguetá, da Casa de Agricultura local,

encontram para contratação de mão-de-obra, o que tem sido solucionado com contratos de parceria. Além disso, as legislações sanitária e ambiental mostram-se inadequadas às condições da produção familiar do município. As possíveis soluções indicadas passam pela organização dos produtores e diálogo com os Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente ou ainda com linhas de crédito para micro e pequenas empresas familiares.

Os pequenos e médios municípios sofrem mais com a falta de informações, pois os dados existentes em geral são desatualizados e/ou agregados de forma que os torna pouco representativos. Apesar de fornecerem dados primários locais para as várias instituições governamentais, em geral, não têm suporte para formar seu próprio banco de dados (MARTIN et al., 1998).

Para sanar esse problema foi feito um censo agropecuário para coleta de dados primários, utilizando-se o Sistema PDAM – Suporte à Elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal, que permite formar um banco de dados agrícolas com base municipal, cujas informações servirão de subsídios para que as lideranças locais e a comunidade elaborem o diagnóstico sócio-econômico e consolidem o plano diretor agrícola municipal. As informações organizadas de forma acessível em um banco de dados permitem que a comunidade passe a acompanhar e a cobrar a implementação dos projetos, assegurando a continuidade dos trabalhos, independentemente do governante (MARTIN, 1998).

Os bairros de Cantagalo, Mandutinho e Santa Rita, segundo dados preliminares são formados por 149 produtores rurais e ocupam área de 5.082,6 ha. A ocupação do solo é formada basicamente com imóveis até 50 ha, que representam 82,5% e participam com 47,5% do total de terras nesses bairros. Os imóveis de 50 a 100 ha representam 10,7%, com 22,6% da área; os de 100 a 200 ha, 5,4%, ocupam 20,5% e os de 200 a 500 ha, 1,34%, ocupam 9,5% da área total dos bairros.

A pastagem é a paisagem predominante, ocorrendo na quase totalidade da área (83,7%). As demais ocupações, 12,1%, são com outros usos, constituído principalmente pela vegetação natural, com 431,5 ha. As culturas anuais representam somente 1,9% da área e as culturas perenes (2,3%).

A pecuária é explorada em 87,9% dos imóveis e o total do rebanho é de 4.670 cabeças, composto principalmente de gado leiteiro, 86,2 do total, com 4.025 cabeças. A principal atividade econômica nos bairros é a produção de leite e derivados e/ou de carne. Nos bairros foram produzidos 4.501.501 l de leite no ano de 1999, 29.258 kg de queijo, 780 kg de manteiga e 1.160 kg de requeijão. Somente parte do queijo e do requeijão foram comercializados, com respectivamente 34,9% e 15,5%. Há pouca preocupação com o manejo do gado, havendo registro somente para vermifugação e mineralização, em respectivamente 85,5% e 81,7% dos imóveis.

A população de trabalhadores e seus familiares que residem nos bairros é de 107 pessoas, sendo que 54 trabalham como assalariados nos imóveis. Os produtores (proprietários, parceiros e arrendatários) e seus familiares que residem nos imóveis totalizam 425 pessoas e deste total 244 trabalham efetivamente nas propriedades. Portanto os bairros são constituídos por 532 moradores, e 298 trabalhadores, dentre os assalariados e familiares.

Parte significativa dos produtores mora no imóvel rural (64%), 17,9% mora em outro município e 8,63% mora na cidade de Lagoinha. A maior parte, 79,86% dos produtores e seus familiares participam ativamente em todas as tarefas nas propriedades, sendo que 15,4% atuam somente na administração e 4,7% podem ser considerados ausentes.

O nível médio de escolaridade dos produtores é baixo: 7,8% não tem instrução formal e 63,8% têm somente o antigo primário, 10,6% completaram o ginásio, 8,5% têm o nível secundário e 9,2% o nível universitário.

Apesar da participação dos produtores na lida cotidiana, observa-se, pelos dados preliminares que a renda obtida nos imóveis rurais não é significativa para grande parte dos produtores. Em somente 22,1% dos imóveis a renda obtida representa 50% ou mais do total da renda familiar. A aposentadoria, por sua vez, é 50% ou mais da renda de 36,8% dos produtores e a atividade urbana também aparece como fonte principal para 29,5% dos produtores rurais dos bairros.

6. Considerações Finais

Os dados apresentados permitem definir o perfil dos produtores dos bairros escolhidos, mostrando uma grande concentração de produtores que trabalha nos imóveis e faz uso da mão-de-obra familiar, têm baixa escolaridade, têm o leite como principal atividade econômica, apresentam um baixo padrão tecnológico e não conseguem obter renda com o imóvel, sendo a renda obtida com a aposentadoria e o trabalho urbano as principais fontes alternativas de ganhos.

A partir da caracterização mais aprofundada dos produtores e dos sistemas de produção será possível delinear propostas de desenvolvimento direcionadas às dificuldades enfrentadas por estes produtores, por meio de projetos específicos, que deverão ser analisados, implementados e monitorados pela comunidade.

Nas etapas futuras do projeto serão detalhadas as possibilidades de se trabalhar sob o enfoque de valor agregado, além do início da conscientização sobre a necessidade técnica de recuperação das áreas degradadas de Mata Atlântica na região.

7. Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Uso do Solo. São Paulo em Perspectiva, 11(2), 1997, p.74.

KITAMURA, Paulo C. Agricultura e o desenvolvimento sustentável. **Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, v.1, n.1, p.27-32, jan./abr., 1994.

MARTIN, Nelson B. et al. Subsídios para Elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal. **Informações Econômicas**, v.28,n.4, p34 a 45, abr., 1998

MUZILLI, O. Diagnóstico Rápido Participativo. S. L., Ago, 1997. 10p.

PINO, F. A. (Org.). Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo. São Paulo: IEA/CATI/SAA, 1997. 4v.